Folha nº 274/2021

Ata da quinquagésima terceira Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Canoinhas, referente à primeira sessão legislativa da décima nona legislatura da Câmara Municipal de Canoinhas. No dia quatorze de setembro de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, na sede da Câmara, compareceram os seguintes vereadores: Gilmar Martins, Wilmar Sudoski, Mauricio Zimmermann, Willian Godoy, Professor Osmar, Marcos Homer, Silmara Gontarek, Juliana Maciel, Zenilda Lemos e Tati Carvalho. Registrando o livro de presença o comparecimento de toda edilidade. Colocada em votação ata de reunião anterior, esta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, solicitado ao primeiro-secretário para que realize a leitura do EXPEDIENTE. Ofícios n.º 136 e 137/2021, de origem Executiva, encaminhando projetos de leis em regime de urgência. Projeto de Lei n.º 93/2021 que "abre crédito adicional através da anulação de dotações orçamentárias e dá outras providências". Projeto de Lei Complementar n.º 01/2021 que "altera a redação do artigo 66 e revoga os artigos 86, 87, 88 e 89 da Lei Complementar n.º 054, de 29 de abril de 2016, e dá outras providências". Ofício n.º 138/2021, de origem Executiva, encaminhando Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 76/2021 que "dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2022/2025". Ofício n.º 141/2021, de origem Executiva, encaminhando Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 78/2021. Projeto de Lei n.º 94/2021 que "Denomina Quadra Esportiva Valdinei Irineu Guimarães Walegurski 'Lelei'", de autoria dos edis Wilmar Sudoski, Gilmar Martins, Professor Osmar, Willian Godoy, Silmara Gontarek e Maurício Zimmermann. Ofícios n.º 143/2021, de origem Executiva, encaminhando projetos de lei em regime de urgência. Projeto de Lei n.º 95/2021 que "autoriza permissão de uso de bem público e dá outras providências". Ofício n.º 16/2021, da Agência da CASAN em Canoinhas, em resposta ao Requerimento n.º 438/2021 de autoria edil Wilmar Sudoski. Ofício n.º 135/2021, do Gabinete do Prefeito, em resposta ao Requerimento n.º 340/2021 de autoria edil Willian Godoy. Ofício n.º 179/2021, do Secretaria Municipal de Planejamento, em resposta ao Requerimento n.º 25/2021 de autoria edis Marcos Homer, Juliana Maciel, Tati Carvalho e Zenilda Lemos. Ofício n.º 139/2021, do Gabinete do Prefeito, em resposta ao Requerimento n.º 341/2021 de autoria edil Willian Godoy. Ofício n.º 140/2021, do Gabinete do Prefeito, em resposta ao Requerimento n.º 359/2021 de autoria de toda edilidade. Ofício n.º 174/2021, do Secretaria Municipal de Planejamento, em resposta ao Requerimento n.º 337/2021 de autoria edis Wilmar Sudoski, Gilmar Martins, Maurício Zimmermann, Professor Osmar, Silmara Gontarek e Willian Godoy. Ofício n.º 1.406/2021, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento n.º 418/2021 de autoria edis Willian Godoy e Zenilda Lemos. Ofício n.º 164/2021, do Secretaria Municipal de Planejamento, em resposta ao Requerimento n.º 413/2021 de autoria edis Marcos Homer, Juliana Maciel, Tati Carvalho e Zenilda Lemos. Ofício n.º 162/2021, do Secretaria Municipal de Planejamento, em resposta ao Requerimento n.º 414/2021 de autoria edis Marcos Homer, Juliana Maciel, Tati Carvalho e Zenilda Lemos. Ofício n.º 69/2021, do Secretaria Municipal de Saúde, em resposta ao Requerimento n.º 419/2021 de autoria edil Willian Godoy. Ofício n.º 176/2021, do Secretaria Municipal de

Planejamento, em resposta ao Requerimento n.º 342/2021 de autoria edis Marcos Homer, Tati Carvalho e Zenilda Lemos. Ofício n.º 175/2021, do Secretaria Municipal de Planejamento, em resposta ao Requerimento n.º 338/2021de autoria edis Wilmar Sudoski, Gilmar Martins, Maurício Zimmermann, Professor Osmar, Silmara Gontarek e Willian Godoy. Ofício n.º 1.405/2021, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em resposta a Indicação n.º 220/2021 de autoria edil Wilmar Sudoski. Ofício n.º 169/2021, do Secretaria Municipal de Planejamento, em resposta ao Requerimento n.º 352/2021 de autoria edis Marcos Homer, Juliana Maciel e Tati Carvalho. Ofício n.º 178/2021, do Secretaria Municipal de Planejamento, em resposta ao Requerimento n.º 37/2021 de autoria edis Marcos Homer, Juliana Maciel, Tati Carvalho e Zenilda Lemos. Ofício n.º 180/2021, do Secretaria Municipal de Planejamento, em resposta ao Requerimento n.º 26/2021 de autoria edis Marcos Homer, Juliana Maciel, Tati Carvalho e Zenilda Lemos. Primeira votação: Projeto de Lei n.º 83/2021 que "institui o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR e dá outras providências". Votação única: Requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito. INDICAÇÕES: Nº 235/2021 de autoria do edil Professor Osmar, que solicita ao Senhor Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, e ao Senhor Edmilson Verka, Secretário Municipal de Obras, o conserto de uma boca de lobo na rua João Muller, parte asfaltada quase esquina com BR 280. Nº 236/2021 de autoria do edil Professor Osmar, que solicita ao Senhor Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, e ao Senhor João Linzmeier, Secretário Municipal de Planejamento, estudos para que em parceria com os proprietários seja realizada a confecção de calçadas ou passeio na rua Major Vieira, no trecho entre a Farmácia Rocha e a rótula, no bairro Alto das Palmeiras. Nº 237/2021 de autoria do edil Willian Godoy, que solicita ao Senhor Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, e ao Senhor Edmilson Verka, Secretário Municipal de Obras, melhorias na rua Virgílio Trevisani, bairro Jardim Esperança. Nº 238/2021 de autoria do edil Willian Godoy, que solicita ao Senhor Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, e ao Senhor Edmilson Verka, Secretário Municipal de Obras, o patrolamento e colocação de pedras na rua Germano Raab, continuação da rua Roberto Linzmeier, Marcílio Dias. Passou-se ao PEQUENO EXPEDIENTE, não havendo nenhuma inscrição. Passou-se ao GRANDE EXPEDIENTE, fazendo o uso da tribuna o vereador Professor Osmar. Com a palavra, anunciou novos convênios com o Governo do Estado que melhorarão a qualidade de vida da população; que o Estado mandará cinco milhões de reais para a construção de uma via, que sairá próxima do Via Atacadista, passará por trás da rádio e chegará próxima ao antigo Procopiak, que o convênio será assinado nesta quinta-feira; que dois milhões de reais serão enviados para a construção de um novo CEI; que três milhões de reais serão enviados para a construção de um centro de educação especial; que a escola Sagrado passará a ser do patrimônio do Estado; que também será assinado um convênio de dois milhões de reais para a APAE. Com a palavra, o vereador Willian Godoy agradeceu o vereador por trazer tantas notícias boas para o Município. Com a palavra, o vereador Mauricio Zimmermann agradeceu e destacou a força política do Governo atual em buscar recursos. Em seguida, passou-se à ORDEM DO DIA. Com a palavra, o vereador Wilmar Sudoski solicitou a deliberação para inclusão na ordem do dia do Projeto de Lei

n.º 94/2021 que "denomina quadra esportiva Valdinei Irineu Guimarães Walegurski 'Lelei'". Em deliberação, aprovado a inclusão por unanimidade. Colocado em primeira discussão e votação o Projeto de Lei n.º 83/2021 que "institui o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR e dá outras providências", cria o Fundo Municipal de Turismo e abre crédito especial no valor de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais). Não havendo discussão, votado e aprovado por unanimidade. Colocado em primeira discussão e votação o Projeto de Lei n.º 94/2021 que "denomina quadra esportiva Valdinei Irineu Guimarães Walegurski 'Lelei'". Não havendo quem queira discutir, votado e aprovado por unanimidade. Para votação única, o requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito. Colocado em discussão. Com a palavra, o vereador Marcos Homer comentou que a CPI é um instrumento democrático para a apuração de fatos, não sendo acusativo, que, a depender do resultado, poderá responsabilizar pessoas; que não se presume que um crime tenha sido cometido. Com a palavra, a vereadora Zenilda Lemos explanou que a comissão é um dever do homem público; que não pretendem acusar ninguém, pois não têm essa função; que não julgarão ninguém; que apenas pretendem cumprir o dever de vereadores, qual seja, a fiscalização. Com a palavra, a vereadora Tati Carvalho destacou que a intenção da comissão é justamente averiguar o que ocorreu; que não estão acusando ninguém; que estão apenas cumprindo o papel garantido pela Constituição Federal; que possuem a obrigação de fiscalizar para não incorrerem no crime de prevaricação; que receberam um relatório da Controladoria Geral do Estado de Santa Catarina, o qual apontou haver indícios de sobrepreço e de pagamento sem fornecimento; que possuem o dever de investigar a situação, de forma imparcial. Com a palavra, a vereadora Juliana Maciel ressaltou a importância do requerimento, para que na comissão sejam ouvidas as diretoras, professoras, coordenadoras e secretários; destacou a seriedade, carinho e zelo que os profissionais da educação conduzem seus trabalhos; que se fosse professora do Município, gostaria de saber se realmente houve o pagamento sem o recebimento dos livros, se realmente houve o sobrepreço; que se esses fatos aconteceram, é um grande prejuízo para a educação no Município; que a função primordial do legislativo é fiscalizar as atividades do Município; que precisam representar o povo e ser espelho em relação a transparência e fiscalização; que os fatos foram dispostos por meio da investigação da Controladoria Geral do Estado de Santa Catarina; que devem investigar a situação; que a CPI é um ato legítimo e necessário para esclarecer a situação; que devem saber se houve responsabilidade de algum ente e se os fatos são verídicos. Com a palavra, o vereador Professor Osmar comentou que o processo de licitação do caso fora feito com toda a transparência possível; que o material foi entregue e recebido por funcionários da Secretaria Municipal da Educação e da Gerência de Educação do Estado de Santa Catarina; que a prestação de contas fora encaminhada para a ADR de Canoinhas, a qual fora fechada em 2017, tendo sido a prestação, então, entregue para a ADR de Mafra, no entanto, nessa pressa do fechamento, a prestação fora extraviada; que esta prestação apareceu em Florianópolis, quando foram pessoalmente entregar ao Secretário, mas não em tempo de chegar até a Controladoria Geral do Estado, que é o órgão responsável por acompanhar os

convênios entre os municípios e o Estado; que devido a falta da prestação de contas, houve a abertura do processo; que agora abriu-se prazo para o Município apresentar a defesa e assim farão; pediu para os colegas votarem contra a abertura da CPI. Com a palavra, a vereadora Tati Carvalho, pela ordem, mencionou o art. 26 do Regimento Interno, o qual dispõe que a Câmara instituirá comissão pelo requerimento de um terço dos vereadores; que pelo entendimento do STF, apenas é necessário o requerimento de um terço para instauração. Com a palavra, o vereador Professor Osmar comentou que a Lei Orgânica do Município dispõe que é necessário a aprovação por maioria absoluta dos vereadores. Com a palavra, o vereador presidente Gilmar Martins pediu ao primeiro-secretário para efetuar a chamada nominal para o voto. Com a palavra, a vereadora Juliana Maciel destacou que o vereador Professor Osmar, por ser indicado no requerimento, deve ser considerado suspeito. Solicitado ao primeiro-secretário para efetuar a chamada nominal dos vereadores para votação, cientes de que ao votar 'SIM', votam pela abertura da CPI e 'NÃO' pela rejeição. Votando 'SIM', pela abertura, os vereadores Juliana Maciel, Zenilda Lemos, Tati Carvalho e Marcos Homer; votando 'NÃO', pela rejeição, os vereadores Mauricio Zimmermann, Professor Osmar, Silmara Gontarek, Willian Godoy, Wilmar Sudoski e Gilmar Martins, sendo, assim, rejeitado o pedido para a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito por seis votos a quatro. A seguir, solicitado à segunda-secretária para que realize a leitura dos REQUERIMENTOS. Nº 453/2021 de autoria do edil Professor Osmar, solicita que seja encaminhado ofício à Senhora Eliane Cristina Krull, Secretária Municipal de Educação e à Senhora Kátia Oliskowski Munhoz, Secretária Municipal de Saúde, parabenizando pela boa avaliação dos canoinhenses em pesquisas recentes. Não havendo discussão, votado e aprovado por unanimidade. Nº 454/2021 de autoria do edil Professor Osmar, solicita que seja encaminhado ofício ao Senhor Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, e a Administração Municipal pelos festejos comemorativos aos 110 anos de aniversário de Canoinhas, com tantas obras sendo entregues. Não tendo discussão, votado e aprovado por unanimidade. Nº 455/2021 de autoria do edil Professor Osmar, solicita que seja encaminho ofício à Senhora Eliane Cristina Krull, Secretária Municipal de Educação, parabenizando pelo belíssimo e organizado ato cívico realizado em homenagem a Pátria no dia sete de setembro. Colocado em discussão. Com a palavra, o vereador Professor Osmar comentou que a secretária proporcionou um momento ímpar no dia 07 de setembro em homenagem à pátria. Colocado em votação e aprovado por unanimidade. Ato contínuo, passou-se às EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Com a palavra, a vereadora Juliana Maciel destacou art. 35, §4 da Lei Orgânica que dispõe que a CPI será criada por requerimento de um terço dos membros da Casa; que o STF decidiu que a criação das comissões parlamentares de inquérito é um direito das minorias parlamentares, bastando apenas o requerimento de um terço dos membros da Casa, fato determinado e prazo de duração; que ingressarão com ação judicial para a abertura da CPI. Com a palavra, o vereador Wilmar Sudoski expressou que não é contra uma CPI, que neste caso a situação ficou muito esclarecida e os documentos para averiguar estão nos processos; que verificou que os processos pararam nas ADRs regionais, não chegando até a Secretária de Educação do

Estado de Santa Catarina, local necessário para a devida prestação de contas; que como não chegou até a secretaria, o órgão fiscalizador, que é a CGE, elaborou o relatório; que votou contra por causa disso; que agora a CGE está recebendo a documentação do Município, analisará esta e emitirá um novo parecer e, que se apontarem irregularidades, obviamente uma CPI será instaurada para apurar os fatos; que primeiro quer ouvir o que a CGE emitirá após o recebimento da prestação de contas. Com a palavra, o vereador Marcos Homer demonstrou insatisfação pelo descumprimento do Regimento Interno. Com a palavra, o vereador Mauricio Zimmermann comentou que aguarda o esclarecimento dos fatos pela Secretaria de Educação de Estado, pois no dia 25 de agosto de 2021, houve a abertura do prazo de 30 dias para manifestação da secretaria; que devem aguardar a nova apuração dos fatos para, então, tomar alguma decisão; que se realmente existir essa situação, a CPI deve ser aberta. Com a palavra, o vereador Willian Godoy mencionou que a Secretaria de Educação de Estado terá que analisar os documentos levados para esta; que a CGE entendeu que a secretaria deve analisar estes documentos, garantindo o direito de defesa das partes; que não prevaricou em momento algum, procurou o setor de licitação para que apresentassem todos os documentos referentes à situação, explicando o porquê de não ter havido sobrepreço; que conversou com membros da Secretaria da Educação e lhe foram mostrados todos os comprovantes de recebimento dos livros; que o apuramento desses fatos pode ser feito sem a instauração de uma CPI; que aguardarão a resposta da Secretaria de Educação do Estado para então, caso constatado alguma irregularidade nos documentos apresentados pelo Município em sua defesa, instaurar uma CPI. Com a palavra, a vereadora Zenilda Lemos comentou que muitos requerimentos sobre a situação já foram feitos, muitos dados já foram levantados, que houve muitas visitas da CGE no Município, uma tomada de contas especial, a qual é remetida pelo Governo do Estado para apuração de dano ao erário; que a CPI é importante para verificar todos os dados, inclusive no caso da CGE ter errado; que a CGE afirma que o relatório foi elaborado com base nas notas fiscais e em visitas *in loco;* que este relatório fora remetido a outro setor para apuração do dano ao erário; que a CPI busca ouvir as pessoas de forma oficial para levantar e apurar os fatos. Com a palavra, a vereadora Tati Carvalho ressaltou que entrarão com ação judicial buscando a abertura da CPI, pois é um direito do povo e dos vereadores saber o que está acontecendo. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, marcando outra em regime ordinário para o dia vinte de setembro de dois mil e vinte e um, às dezenove horas. E, para constar, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa Diretora.

Vereador Gilmar Martins
Presidente

Vereador Willian Godoy
Primeiro Secretário

Vereadora Zenilda Lemos
Segunda Secretária